

A crise e os sacrifícios necessários

"Não bastam (para o Brasil) propostas e promessas fáceis, a curto prazo e de efêmera duração, e sim metas bem coordenadas, a longo prazo, pelo menos até o início do próximo século" (Conjuntura Econômica, Set./1982).

A epígrafe acima, tirada de revista especializada em conjuntura e portanto no dia a dia da economia, dá a entender que os nossos problemas, e os sacrifícios correspondentes, não serão de curta duração. Estamos diante de uma crise estrutural que reclama completa revisão no estilo de desenvolvimento do país e isso não se faz do dia para a noite. Aliás a nossa estratégia desenvolvimentista padecia de um vício congênito que a levaria, mais cedo ou mais tarde, ao colapso que hoje enfrentamos.

A partir de 1964 o Brasil passou a basear seu crescimento na exportação de artigos manufaturados tradicionais. Os resultados iniciais foram excelentes. Nossas exportações cresceram, entre 1964 e 1980, de 17,9% ao ano e as exportações de artigos manufaturados passaram de 22,4% de nossas vendas externas, em 1960, para 51,8% em 1980. Havia, contudo, um problema: enquanto nossas exportações cresciam anualmente de quase 18%, o mercado internacional se elevava de apenas 16,8%. Sobre tudo considerando-se que a demanda de produtos tradicionais cresce abaixo da média, era óbvio que tal situação não poderia durar muito tempo. Além disso, concentrávamos nossas vendas em mercados débeis, sujeitos a problemas cambiais, e que portanto dificilmente suportariam os permanentes superávits comerciais. (ou excedentes de exportação sobre importações), que lhes tentávamos impor. Assim, entre 1970 e 1980, enquanto nossas exportações para Europa, Estados Unidos e Japão caíram de 70,2% para 53,3%, do total, para a África, elas aumentavam de 3% para 5,7%, para a América Latina, de 11,1% para 17,2%, e para a Europa Socialista, de 4,5% para 6,5%.

Esse estilo de desenvolvimento poderia, em condições normais, se prolongar, digamos, até 1990. O drástico aumento do custo do petróleo em 1973-74, e depois em 1979-80, exigiu no entanto substancial, e difícil de ser obtido, aumento no ritmo de crescimento das nossas receitas cambiais. Isso deveria ter alertado o país orientando-o para as exportações dinâmicas. Preferimos, no entanto, manter a ênfase nos

setores tradicionais, apenas aumentando o esforço sobre produtos relativamente descurados na política recente, como os alimentares e minerais. A prioridade concedida pelo atual Governo à Agricultura e a projetos como o de Carajás refletem essa orientação. O preço a ser pago era o rápido endividamento externo. Acreditava-se, todavia, que a maturação das medidas tomadas em favor das exportações primárias nos ajudariam a solucionar o problema.

O colapso das economias argentina, mexicana e polonesa, seguido da reunião do FMI em Toronto, em que os Estados Unidos se recusaram a elevar os recursos à disposição daquela entidade, destruíram no entanto todas as ilusões.

Para se ter uma idéia da fase duríssima que temos diante de nós, gostaria de recapitular as projeções feitas, antes da reunião de Toronto, por Carlos Von Doellinger, economista do Ministério do Planejamento. Adotando certo número de hipóteses, ele procurava demonstrar que, apesar do choque do petróleo de 1979-80, o modelo de desenvolvimento, com base nas exportações tradicionais e no endividamento externo, permanecia viável. Duros sacrifícios seriam, sem dúvida, exigidos. Von Doellinger aceitava por exemplo, como uma das condições para a validade de suas previsões, um incremento anual do PIB de 5% ao ano. Sabendo-se que um crescimento anual de 6,5% a 7% é necessário para absorver o 1,5 milhão de trabalhadores novos que se apresentam anualmente ao mercado, é fácil deduzir os sacrifícios reclamados.

A condição básica para que as previsões do autor fossem validadas eram a de um aumento do endividamento externo entre 10% a 11% ao ano. Ora, hoje, isto é após Toronto, se reconhece que um incremento anual entre 6% e 7% ao ano será um excelente resultado. O que significará isso em termos de PIB? Um incremento de apenas 4% ao ano? E, nesse caso, quantos trabalhadores ficarão anualmente sem emprego?

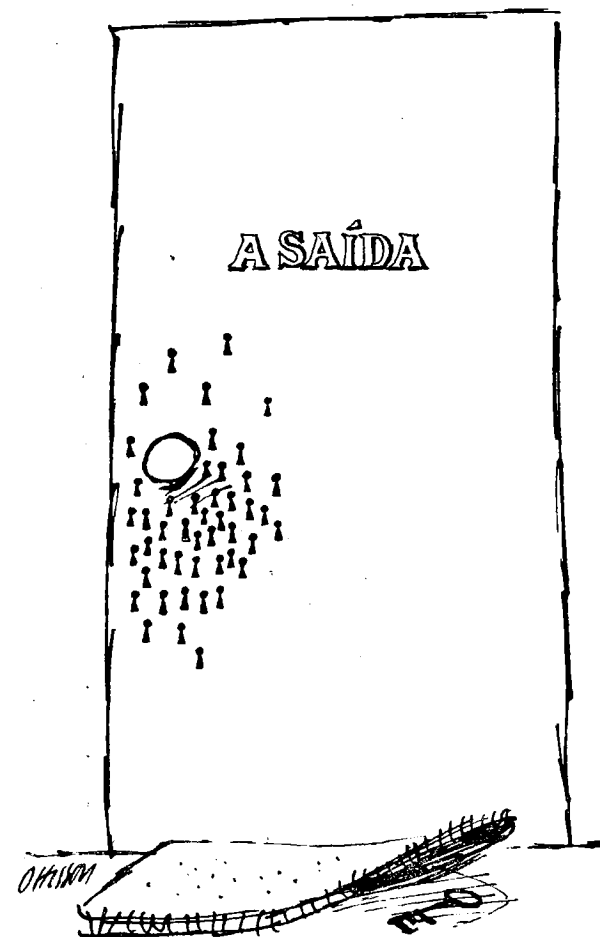
Mercado interno e exportações dinâmicas

Os dois caminhos para sair do impasse são o da reorientação do nosso desenvolvimento para o mercado interno e o da entrada do país no setor das exportações dinâmicas. Apesar do "charme" que alguns conferem ao mercado interno, um crescimento nele baseado é extremamente difícil e problemático. E nas condições

Economia - Brasil

Se a crise é inevitável, não adianta relaxar

João Paulo de Almeida Magalhães



atuais (salvo se a exemplo da União Soviética, em 1918, repudiarmos nossa dívida externa), esse caminho não está aberto para o Brasil. Restam, portanto, as exportações dinâmicas.

Estas tomam a forma de produtos de alta tecnologia e baixo conteúdo de mão-de-obra e matéria-prima. O grande problema para o Brasil está em que tais setores se acham controlados por empresas multinacionais. Nada há contra elas que, em certo momento, representaram importante papel no desenvolvimento do país. O que não é razoável pedir-lhes é que criem uma tecnologia própria e passem a concorrer com suas matrizes nos grandes mercados internacionais. Isso é o mínimo que deveriam fazer caso fossem chamadas a desempenhar o papel principal num modelo de exportações dinâmicas.

Alegam alguns, que as multinacionais são grandes exportadoras. Para responder a essa pergunta, reportar-me-ei a — artigo recente de Reinaldo Gonçalves, segundo o qual a propensão a exportar dessas empresas (exportações como % das vendas totais) era de 11,1% contra 13,6% das empresas nacionais. O incremento das exportações das empresas multinacionais, entre 1971 e 1980, foi de 25,1% a.a. contra 26,5% a.a. das nacionais. E note-se que como tais empresas se situam em setores onde o mercado internacional cresce rapidamente, elas deveriam exportar bem mais que as nacionais. Completando sua análise, Reinaldo Gonçalves mostra que, paradoxalmente, as multinacionais recebem parte mais que proporcional dos subsídios à exportação.

O problema, portanto, não é fácil. Trata-se, em última análise, de criar empresas nacionais (que não têm o obstáculo de matrizes no exterior) dotadas de tecnologia competitiva e capazes de concorrer agressivamente no mercado internacional. Essa mudança estrutural do modelo apresentará seus primeiros resultados em cinco anos e atingirá uma relativa maturidade em dez anos. E, portanto, necessário prepararmos-nos para sete anos de vacas magras.

As hipóteses de muito prazo

V EJAMOS agora o curto prazo. Há aqui duas hipóteses a considerar. A primeira é de que o Governo brasileiro não consiga resistir à pressão dos nossos credores internacionais. Nesse caso eles insistirão em maiores facilidades para a entrada de capital de risco (e portanto, das multinacionais) com desnacionalização

final de nossa economia; darão ênfase a Carajás e às exportações primárias em geral, exigindo concessão de amplas vantagens para os compradores de seus produtos; será reivindicada, finalmente, a supressão de medidas protecionistas a algumas de nossas indústrias supostamente artificiais. Com isso se verá definitivamente consolidado o modelo de exportações tradicionais, passando o Brasil a uma situação crônica de semidesenvolvimento. A vantagem será de que, após um ou dois anos de dura recessão, exigida pelas posições ortodoxas do FMI e dos países desenvolvidos, retornaremos a uma situação de relativo equilíbrio em termos de inflação e emprego.

A segunda hipótese é de que o Governo resista às pressões externas, insistindo na passagem do país para um modelo de exportações dinâmicas. Nesse caso teremos, nos próximos quatro ou cinco anos, uma situação. No conjunto, de "economia de guerra". Será possível, no entanto, repartir melhor os sacrifícios, porque não seremos forçados a políticas salariais draconianas, nem a evitar medidas destinadas a aumentar o emprego, sob a alegação de que é necessário conter a inflação, todavia, os sacrifícios de curto prazo serão maiores.

Em compensação, com base em exportações dinâmicas e no surgimento de grandes empresas privadas nacionais, o Brasil terá uma séria chance de atingir, no futuro, seu pleno desenvolvimento, tornando-se uma sociedade tecnológica e economicamente independente.

Em suma, os próximos anos, e não apenas 1983, serão extremamente difíceis. Se prevalecerem as pressões dos nossos credores teremos dois anos de forte recessão com mais desemprego e grande número de falências. A inflação, no entanto, declinará rapidamente. Se o Governo preferir a reorientação do modelo para exportações dinâmicas e de alta tecnologia, os problemas poderão se prolongar por cinco anos. A inflação, nesse caso, se manterá em níveis elevados mas será possível reduzir a incidência do desemprego e das quebras de empresas. Nesta segunda hipótese, os sacrifícios imediatos serão maiores mas em compensação nosso pleno desenvolvimento, e o desaparecimento dos nossos problemas crônicos de exportação, estarão garantidos.

João Paulo de Almeida Magalhães é professor titular da UFRJ